

**Trabalho, Voto e Guerra Civil:
algumas considerações interpretativas sobre pós-abolição e coronelismo.**

HEBE MATTOS*

Universidade Federal Fluminense

Conforme definido no livro clássico de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* [LEAL, 1948], o pacto coronelista definiria a política local na Primeira República e se caracterizaria como a forma política do mandonismo local num contexto de relativo enfraquecimento do poder privado dos potentados locais. O autor não chega a citar especialmente a instituição da escravidão, mas apenas a abolição pode justificar o postulado de um enfraquecimento dos poderes privados locais da monarquia à república. O pacto se resumiria na troca do voto, controlado pelos coronéis, pelo controle dos empregos e verbas públicas no município, que se tornariam a base do poder do coronel no período republicano. O argumento parte do princípio do controle absoluto do coronel sobre o voto das populações rurais, por um lado, e por outro, da importância desse voto como mercadoria política. Da relativa contradição entre estas duas afirmações derivam muitas das críticas ao trabalho de Leal [CARVALHO, 1980; RIOS, 2007]. Qual a importância do voto no contexto de institucionalização da fraude eleitoral que a Política dos Estados aparentemente institucionalizava?

Segundo Renato Lessa [1988], Campos Sales se propôs a retirar da administração federal as paixões dos grupos e facções, governando o país com os Estados, por sobre as agitações das ruas da capital. A política dos Estados proposta por ele tendeu a congelar o poder das situações estaduais no momento da sua candidatura, dando a elas o controle político das disputas locais em troca do seu apoio à candidatura governista.

Segundo Cláudia Viscardi [VISCARDI, 2001], os Estados grandes eram os que tinham bancadas numerosas e economias relativamente autossuficiente, São Paulo, é claro, mas também Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Os médios Estados teriam também um papel importante na definição das candidaturas presidenciais, formados

* Professora Titular no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, pesquisadora 1 A do CNPq. Trabalho financiado com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq e apoiado pela FAPERJ (Cientista do Nosso Estado, 2009).

por aqueles que tinham uma das duas coisas, com destaque para Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os pequenos, que não tinham uma coisa nem outra, tornavam-se dependentes do governo federal e/ou da tutela de estados vizinhos. Segundo ainda a mesma autora os atores envolvidos nos processos sucessórios limitavam-se aos governadores dos grandes e médios estados, alguns parlamentares influentes, o presidente da República e seus ministros, num número médio de 24 pessoas. A reeleição era proibida pela constituição federal e da maioria dos Estados, garantindo uma relativa renovação do poder. Apenas no Rio Grande do Sul, a constituição de inspiração positivista previa a reeleição e permitiu a permanência de Borges de Medeiros por 25 anos na presidência do Estado.

O quadro mais geral de funcionamento da Política dos Estados, conforme apresentado por Lessa e Viscardi, informa elementos fundamentais ao devir político depois da presidência de Campos Sales, mas tentaremos demonstrar que os atores privilegiados do jogo político oligárquico estiveram longes de responderem sozinhos pelo processo político que se seguiu. Se a política dos Estados garantiu a exclusão dos setores populares e a formalização da fraude, isto nunca foi totalmente assumido como desejável, fazendo das eleições um rito necessário, como a homenagem que o vício presta à virtude. Além disso, o equilíbrio inter-oligárquico sempre se manteve bastante fluido, abrindo brechas que muitas vezes emprestavam novos sentidos às disputas eleitorais fossem locais ou nacionais.

Na base dessa estabilidade, um outro enigma dos significados das eleições na Primeira República, a importância da política municipal, em geral compreendida a partir da ideia do pacto coronelista.

Durante os debates no Congresso constituinte, apesar de haver defensores de modelos mais democráticos de cidadania, as opções vitoriosas estiveram sintonizadas com os rumos já sugeridos pela reforma eleitoral feita ainda no Império, em 1881, que encaminhara uma visão restritiva e elitista do eleitorado, ao reduzir o número de votantes de 1.114.066 para 145.296, cerca de 1% da população, na contramão das tendências em curso nos Estados Unidos e na Europa. A Constituição Republicana, ao manter a exigência da alfabetização para a cidadania política, elevou esta proporção para não mais de 2% no momento inicial, e ela jamais ultrapassaria os 5% sob a égide da Constituição de 1891 [LESSA, 1988]. O voto aberto, ao invés de secreto, também

foi uma opção política da regulamentação eleitoral republicana que sinalizava na mesma direção. O eleitor ideal deveria ter coragem e condições de sustentar suas convicções políticas, configurando um modelo “heróico” de cidadania, defendido abertamente por diversos parlamentares e vitorioso no plenário [HOLLANDA, 2009]. Apesar disso, como no tempo do Império, a experiência eleitoral logo se mostrou incapaz de por si só regular as divergências políticas entre os cidadãos ativos. Uma vez realizadas as primeiras eleições republicanas, logo evidenciou-se que o poder das juntas apuradoras, controladas pelos executivos estaduais, e dos parlamentares com mandato no período anterior, que tinham a prerrogativa de reconhecer os mandatos, tendiam a ser mais importantes que o número real de eleitores. Nesses dois momentos, as oposições eram simplesmente banidas do jogo político. A não representação da minoria foi logo reconhecida como um problema da ordem republicana brasileira por suas elites políticas. A cultura política em vigor, como no tempo da monarquia, simplesmente não conseguia implementar uma dinâmica de rotatividade no poder efetivamente decidida pela concorrência eleitoral.

Por outro lado, a capacidade de mobilizar homens armados para fins políticos foi uma das características mais marcantes da experiência política da primeira república. Em geral acionada por grandes proprietários rurais apoiados em uma extensa clientela, eram muitas vezes chamados coronéis, em função da tradição de possuírem, via de regra, a mais alta patente da Guarda Nacional, milícia da qual participavam apenas os cidadãos ativos no tempo do Império e que só seria oficialmente extinta em 1918. O confronto armado entre as tropas coronelísticas não se fazia, entretanto, necessariamente destituído de sentidos políticos e mesmo filosóficos. Os positivistas Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado eram eles próprios “coronéis” e se aliaram a outros, em defesa da manutenção dos seus aliados no poder, mas também de uma proposta de governo que queriam científica, no contexto da chamada Revolução Federalista. O parlamentarista Silveira Martins, antigo representante do partido liberal no período monárquico, ou o liberal Assis Brasil, de muitos livros publicados, não hesitaram em pegar em armas apoiados em exércitos privados para defender seus pontos de vistas e grupos políticos. A fronteira entre práticas coronelísticas e conflito ideológico não estavam de maneira alguma claramente demarcadas [CARONE, 1971; HOLLANDA, 2009].

Por outro lado, sempre se volta ao trabalho de Leal, porque é empiricamente consensual que a política municipal era um aspecto importante da vida política na primeira república, apesar do esvaziamento da autonomia financeira e política do município na Constituição de 1891. Era um consenso político de época que os “mandões de aldeia constituíam forças políticas incontornáveis”. O dilema da influência do localismo na vida política do país associado à proporcionalidade eleitoral estava no âmago do projeto derrotado de legislação eleitoral apresentado por Assis Brasil em 1893 [HOLLANDA, 2009].

No governo Rodrigues Alves (1902-1906), imediatamente após a primeira eleição definida com base na política dos governadores, a Lei Rosa e Silva de reforma eleitoral foi aprovada após intensos debates, em 1904. O voto secreto, critérios de alistamento eleitoral, a representação da minorias foram temas exaustivamente discutidos, ainda que a lei aprovada tenha mais uma vez reforçado o modelo da cidadania heróica, baseada no “paradigma de inclusão política regulado pelo critério da virtude cívica” [HOLLANDA, 2009, p. 185], que acabava consagrando o voto aberto sem interferência da justiça no processo de apuração, que estava na base do processo das fraudes eleitorais.

Conforme ressaltou Carvalho [CARVALHO, 1998], o controle dos eleitores era uma moeda importante para definir as disputas *entre coronéis*. As formas como as oligarquias estaduais iriam arbitrar e regular tais disputas poderiam tomar proporções de pequenas guerras civis. No município estavam as disputas de interesses, os faccionalismos, a política enquanto disputa por recursos de poder local, ao fim e ao cabo. Mais que uma troca, o pacto coronelista organizava um amplo processo de negociação entre as facções políticas locais e a oligarquia estadual permanentemente atualizado. A criação das prefeituras, como poder executivo municipal em substituição à tradição portuguesa de governo das câmaras de vereadores, implicava toda uma reorganização das hierarquias e relações de poder em nível local que gerou tensões políticas repetidas. Apesar da vontade de congelamento das situações estaduais a partir de Campos Sales, as duplicidades de assembleias e os conflitos políticos locais mantiveram-se como uma constante por todo o período.

A sucessão de Campos Sales foi definida enquanto se instituía a própria Política dos Estados, e marca um período de hegemonia das lideranças civis paulistas, após

duas guerras civis (no Rio Grande do Sul e em Canudos). Os governos de Afonso Pena (1906-1909) e Nilo Peçanha (1909-1910) foram marcados por crises nos Estados, com conflitos armados e duplicidade de Assembléias na Bahia, em Goiás, no Amazonas e no Rio de Janeiro [CARONE, 1971]. As guerras civis coronelísticas e as duplicidades de assembléias nos Estados se repetiram em todos os demais mandatos.

Num contexto em que a guerra civil nunca deixou de estar no horizonte, as eleições ocupavam um papel sem dúvida central como possibilidade de regulação das disputas *entre* os coronéis. De todo modo, os votos que se disputavam não eram, na maioria dos casos, o dos camponeses analfabetos e despidos de vontade própria imaginados por Vitor Nunes Leal, conforme pioneiramente ressaltou Ana Lugão Rios [RIOS, 2007]. Por um lado, porque em sua grande maioria estes simplesmente não votavam e, por outro, porque estavam muito longe de serem os atores políticos despidos de vontade imaginados pelo autor. Ao contrário, o coronel republicano, enfraquecido com a perda da autoridade senhorial após a abolição, precisava agora do poder de administrar as benesses e o poder repressivo do estado, não apenas para atrair eleitores, mas também para conseguir trabalhadores e garantir a fidelidade dos cidadãos não ativos.

Em um inquérito policial da cidade de Campos, no Rio de Janeiro, na primeira década da república, ficou registrado um caso exemplar do novo tipo de situação. Um fazendeiro delegado de polícia, nomeado cidadão Maneco Castro, fazia queixa de desacato à autoridade a seu vizinho, também fazendeiro, nomeado cidadão Araújo Silva, que o teria impedido de entrar em sua fazenda para prender uma liberta, nomeada Preta Matilde, acusada de roubo quando trabalhava na fazenda do próprio delegado. Toda a disputa entre os dois *cidadãos* se fazia em torno das noções de República e Cidadania. De um lado, a autoridade republicana ameaçada pelo poder privado de um fazendeiro, por outro, os advogados de Araújo Silva diziam que ele apenas defendera os direitos de cidadania da Preta Matilde, ameaçados pelo abuso de autoridade do delegado. Neste conflito, os esforços de reconstituir a hierarquização do mundo rural depois da abolição são evidentes, seja utilizando o poder de repressão do estado para forçar os libertos ao trabalho, seja utilizando o paternalismo como moeda de atração para obtenção de trabalhadores ou clientela. Também o processo de racialização e a decorrente negação prática da cidadania da *Preta Matilde* ficam evidentes, sem

retirarem dela, entretanto, o poder de utilizar politicamente a rivalidade entre os dois coronéis, escolhendo entregar suas lealdades privadas àquele que falava em nome dos seus direitos de cidadã, ainda que ainda assim a chamando de Preta Matilde [MATTOS, 1998].

O fim da escravidão e do padroado, com a separação da Igreja e do Estado após a proclamação da República, provocaram profundas alterações nos padrões de dominação tradicional até então prevalentes no mundo rural. A escravidão não só sujeitava os trabalhadores escravos, mas definia também a identidade e as possibilidades de ação social da população livre pobre, em sua maioria mestiça e largamente majoritária fora das grandes áreas agro-exportadoras. Um campesinato que se sujeitava aos grandes potentados locais e suas parentelas menos em função do monopólio da terra, e mais para encontrar proteção contra as ameaças de reescravização e recrutamento militar. E que tinha no catolicismo rústico a base cultural para sua apreensão do mundo social em que viviam e de suas transformações.

O caso mais emblemático do coronel na primeira república como agente político que fazia a ponte entre a cultura rústica tradicional e a cultura cívica republicana é o do Padre Cícero, que atuou como líder político em Juazeiro, no Ceará, por praticamente todo o período aqui analisado, de 1889 a 1934.

Um milagre marca o início da trajetória política do Padre Cícero, ocorrido em março de 1889, pouco depois da abolição da escravidão e poucos meses antes da proclamação da República. Uma agregada da família do Padre viu sangrar a hóstia consagrada que tomava em comunhão. O fenômeno se repetiu depois várias vezes por quase dois meses. O milagre em Juazeiro e a crescente influência do Padre Cícero como líder religioso no sertão não agradaram a Igreja Católica, em processo de crescente romanização no Brasil, tendo resultado na excomunhão de Cícero, em 1916. Mas o Padre Cícero nunca se considerou rompido com a Igreja e por toda a vida seguiu lutando, com apoio dos seus seguidores, para ser reintegrado por Roma.

De fato, o fim do padroado acabou sendo bem recebido pelas autoridades da Igreja Católica no Brasil, que continuaram influentes através da intelectualidade católica. Com o processo de romanização em curso, as autoridades eclesiásticas combatiam cada vez com mais ênfase as práticas tradicionais do catolicismo popular, sem que este entretanto perdesse fôlego. Conforme bem assinalou o livro pioneiro de

Ralh Della Cava [DELLA CAVA, 1976], enquanto o prestígio político do Padre Cícero com a ortodoxia católica tornava-se cada vez mais frágil, sua importância política na República brasileira, acionando seu poder de mobilização popular, evoluiu em sentido inverso. Padre Cícero tornou-se figura decisiva no quadro político do Ceará, do Vale do Cariri e de todo o Nordeste durante a Primeira República, tendo sido eleito primeiro prefeito de Juazeiro [HERMANN, 2008].

A mobilização política em torno dele se fazia com base nas tradições de organização do catolicismo tradicional, em especial as irmandades leigas, a maior parte delas aprovadas oficialmente pela Igreja Católica. A mais importante delas, entretanto, nunca foi oficialmente reconhecida e chegou a reunir mais de 10 mil pessoas (Legião da Cruz). Para Della Cava, as irmandades pro Padre Cícero mais pareciam “comícios políticos” e de certa forma o eram.

Padre Cícero cumpria os dois papéis políticos centrais que se esperavam dos “coronéis”. Seu perfil de liderança religiosa o fazia capaz de mobilizar e receber a fidelidade de milhões de camponeses não eleitores, mas ainda assim atores políticos centrais na nova ordem republicana, como a Guerra de Canudos teria largamente demonstrado. Por outro, como chefe político conseguia organizar a competição local entre as elites políticas e suas clientelas mais próximas, especialmente nas vilas e suas proximidades, que efetivamente participavam das eleições. Seu apoio foi fundamental no contexto das lutas oligárquicas de 1913 no Estado, verdadeira guerra civil que recolocou no poder a oligarquia dos Accioli [CARONE, 1971]. A política municipal de Juazeiro na década de 1920 organizava-se a partir da oposição entre duas facções, os adventícios, chegados através das romarias, versus os filhos da terra, demonstrando como nem tudo era caricatura na importância das eleições municipais.

A amplitude da Guerra que resultou na destruição do arraial de Canudos (1897) dá bem a amplitude política da importância da construção de lealdades verticais capazes de garantir o controle das massas camponesas pelos cidadãos ativos. Um mundo antes de tudo muito mais diferenciado e diversificado do que Vitor Nunes Leal desenhara em seu livro.

O fim da escravidão retirava a ameaça de reescravização do horizonte sertanejo, ao mesmo tempo que abria perspectiva de mobilidade espacial e de reprodução dos modos de vida do campesinato livre para os ex-escravos. O potencial desorganizador

dessas duas modificações para a manutenção da ordem social no mundo rústico eram imensas, especialmente fora das áreas mais estruturadas de produção agro-exportadora. Mesmo nessas, como visto na história de Matilde, surgiam problemas renovados para obtenção de uma mão-de-obra agora formalmente livre e que sabia utilizar suas prerrogativas tanto de deslocamento espacial quanto de aproveitamento das rivalidades inter-elites.

A formação do Arraial de Canudos através de migração interna significativa em finais da década de 80 que mobilizou uma importante população de recém libertos [LEVINE, 1988, CALASANS, 1988] se fez nesse contexto mais geral. Antônio Conselheiro e seus seguidores aprofundavam muitas das práticas predominantes entre o campesinato livre da região no período anterior. Uma vitoriosa revolta popular havia impedido no NE a adoção pelo Estado Imperial do registro civil ainda nos anos 50 dos século XIX [PALLACIOS, 2006]. O registro de nascimento eclesiástico definia, na vigência da escravidão, a condição de livre ou escravo do recém-nascido. E a possibilidade de reescravização foi talvez a principal condição de precarização da existência com que cotidianamente convivia a população mestiça da região nos anos finais da escravidão. Toda esta tradição política de luta e temor ao trabalho compulsório faziam-se fortemente presentes na cultura política do sertanejo, compreendida a partir da gramática do catolicismo rústico. Isto explica a principal atitude do Conselheiro em relação à ordem republicana de recusar a adoção do registro civil. Durante algum tempo, as autoridades da região negociaram com Antônio Conselheiro. Sua história não evoluiu, entretanto, como a do Padre Cícero. Ele nunca chegou a exercer o papel coronelista típico, incorporando-se à nova ordem. Ao contrário, com base na gramática do catolicismo rústico radicalizou sua leitura da ordem republicana e foi à guerra contra ela.

A Guerra de Canudos foi inicialmente lida como uma manipulação monarquista de camponeses ignorantes. Quando se evidenciou que não havia nenhuma força política moderna organizada por trás de Antônio Conselheiro e seus fiéis, a surpresa foi enorme. As denúncias do verdadeiro genocídio cometido pelo exército, que degolou praticamente todos os remanescentes vivos do arraial, como já foi visto desmoralizou o jacobinismo e as propostas de ditadura positivistas, reforçando o poder civil da oligarquia paulista. Por outro lado, desde o livro de Euclides da Cunha, testemunha

ocular do massacre, a alteridade entre o litoral e o sertão, bem como o ceticismo em relação às possibilidades políticas de uma população racialmente mestiça, tenderam a se fazer cada vez mais presentes no pensamento social do período, reforçando opções políticas autoritárias e/ou elitistas. Mas de fato, como o caso do Padre Cícero ilustra exemplarmente, as mediações entre o moderno e o tradicional eram mais comuns do que se imagina.

Nos quadros do elitismo que caracterizava a prática política republicana, os coronéis e seus exércitos privados faziam a guerra, mas também possibilitavam mais facilmente negociar a paz. E as eleições adquiriam, em grande parte dos casos, um significado central para definir a disputa entre eles, inclusive do ponto de vista simbólico. Conforme desenvolveram Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu em recente dossiê sobre política e cultura na primeira república brasileira [GOMES E ABREU, 2009].

...não estamos querendo negar ou minimizar a ocorrência de fraudes e violências eleitorais na Primeira República, o que efetivamente existia, limitando e desestimulando a representação política dos cidadãos; porém, como diversos estudos têm demonstrado, a despeito de sua existência, a realização de eleições cumpria papel chave no sistema político de então. De um lado, porque eram fundamentais para uma relativa, mas estratégica, circulação de elites, introduzindo na cena política um mínimo de competição e renovação. De outro, porque eram responsáveis por uma incipiente, porém pedagógica, mobilização de eleitores, o que ocorria certamente de formas muito diversas, fundamentando um aprendizado político constante pela realização sistemática dos pleitos.

As autoras destacam, ainda, que os problemas de governabilidade e de incorporação de atores políticos vividos pelo Brasil das primeiras décadas do século XX eram similares aos de outras experiências liberais democráticas, nas Américas e na Europa. Os partidos políticos como clubes de elites, a alfabetização e o sufrágio masculino, bem como as fraudes e o clientelismo não foram invenções latino-americanas.

A alfabetização como critério para a cidadania fez com que a questão da educação primária tomasse feição central em inúmeros estados no primeira experiência republicana, ainda que não fosse garantida pela Constituição Federal. A escola primária com um prédio próprio e ensino seriado foi em grande parte estruturada a partir da

experiência do Grupo Escolar implantado inicialmente no Estado de São Paulo, e dele exportada para inúmeros outros. As campanhas populares por extensão da alfabetização se sucederam por todo o período ainda que permanecessem quase sempre restritas às fronteiras das maiores vilas e cidades [SHUELER & MAGALDI, 2009].

De todo modo, o discurso da virtude cívica e da cidadania foi incorporado e utilizado para dar sentido às disputas políticas pelas elites locais da Primeira República brasileira. Pinheiro Machado, as vezes conhecido como coronel dos coronéis, foi ao mesmo tempo importante intelectual positivista gaúcho, chefe de exércitos privados durante a revolução federalista, e depois parlamentar que controlou por décadas a comissão de reconhecimento dos mandatos no Senado, o que lhe permitia compor alianças com estados menores, que emprestaram à sua liderança dimensões nacionais. Nilo Peçanha, oligarca fluminense, de origem mestiça e grande apelo popular entre as massa urbanas do Distrito Federal, foi talvez o mais instigante exemplo de como práticas oligárquicas e mobilização política nunca se separaram totalmente na experiência política da primeira república [PINTO, 1998]. Vale ressaltar que a defesa do voto para os analfabetos esteve praticamente ausente do escopo das reivindicações, mesmo de grupos de operários ou das muitas Associações de Homens de Cor, caracterizando um viés elitista da alteridade cidade/campo que sinalizava para os limites mais profundos às propostas de democratização veiculadas no período e estavam na base da triste legitimidade da dominação coronelista.

Bibliografia:

[CALASANS, 1988]

CALASANS, José. Sobre Antonio Conselheiro e os escravos. *A tarde*, 02/10/1988.

[CARONE, 1971]

CARONE, Edgar. *A República Velha* (Evolução Política). São Paulo: DIFEL, 1971.

[CARVALHO, 1998]

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Pontos e bordados*. BH, UFMG, 1998.

[DELLA CAVA, 1976]

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

[FERREIRA, 1993]

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a Crise Política dos Anos 20. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, volume 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

[GOMES E ABREU, 2009]

GOMES, Ângela de Castro e ABREU, Martha (org.). dossier “A Nova Velha república”. *Revista Tempo*, Volume 13, Numero 26, Janeiro de 2009.

[HOLLANDA, 2009]

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política. O experimento da I república brasileira*. BH/RJ, Ed. UFMG-IUPERJ, 2009.

[HERMANN, 1997]

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da república. *Tempo*, nº 3, v. 2, 1997.

[HERMANN, 2008]

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da república: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs.) *O Brasil republicano, vol.1*, RJ, Civilização Brasileira, 2008.

[LEAL, 1948]

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. RJ, Forense, 1948.

[LESSA, 1988]

LESSA, Renato. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da I república brasileira*, RJ, IUPERJ, 1988.

[LEVINE, 1988]

LEVINE, Robert. Mud-Hut Jerusalém: Canudos revisited. In: SCOTT, Rebecca; DRESCHER, Seymour; MATTOS, Hebe; ANDREWS, George; LEVINE, Robert. *The Abolition of slavery and the aftermath of emancipation in Brazil*. Durham, NC, Duke University Press, 1988.

[MATTOS, 1998]

MATTOS, Hebe Maia. *Das Cores do Silêncio. Significados da Liberdade no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

[MATTOS & RIOS, 2007]

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria Lugão. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição. In: GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia M. G. da (Orgs.) *Quase-cidadão*. RJ, FGV, 2007.

[MELO GOMES, 2007]

MELO GOMES, Tiago de. Afro-Brasileiros e a Construção da Idéia de democracia racial nos anos 20. *Revista Linhas*, PPGE-SC, vol. 8, n ° 1, 2007.

[MONTEIRO, 1975]

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado IN: *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo III - O Brasil republicano*. vol. 9: Sociedade e Instituições (1889-1930). SP, Difel, 1975.

[PALLACIOS, 2006]

PALLACIOS, GUILLERMO. Revoltas Camponesas no Brasil Escravista. A Guerra dos Marinbundos. Pernambuco (1851-1852). Almanack Braziliense 03. São Paulo, maio 2006.

[PINTO, 1998]

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na I república*. RJ, APERJ, 1998

[RIOS, 2007]

RIOS, Ana Maria Lugão. Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto. *Cadernos IHU Idéias*, Unisinos, São Leopoldo, n. 76, 2007.

[SANTOS GOMES, 2005]

SANTOS GOMES, Flávio dos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

[SCHMIDT, 2007]

SHMIDT, Benito Bisso. “Os Partidos Socialistas na Nascente República” IN: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel. *História das Esquerdas no Brasil. A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[SHUELER & MAGALDI, 2009]

Shueler, Alessandra Frota Martinez de e Magaldi, Ana Maria Bandeira de Mello. “Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa” IN: GOMES, Ângela e ABREU, Martha (org.). dossier “A Nova Velha república”. *Revista Tempo*, Volume 13, Numero 26, Janeiro de 2009.

[VIANNA DANTAS, 2010]

VIANNA DANTAS, Carolina. *O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010. [VIANNA DANTAS, 2010]

[VIANNA DANTAS, 2010a]

VIANNA DANTAS, Carolina. Monteiro Lopes (1867-1910), Um “Lider da Raça Negra” na Capital de República, mimeo, no prelo, 2010.

[VISCARDI, 2001]

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”. BH, Ed. Arte, 2001.